Revista Geoconexões online

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM UBERABA (MG): DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

SILVA, Diego Antônio Xavier[1]
VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos[2]

Recebido (Received): 04/09/2022 Aceito (Accepted): 15/02/2023

Como citar este artigo: SILVA, D.A.X; VINHA, J. F. S.C. Produção de alimentos em Uberaba (MG): desafíos para a construção da soberanía alimentar. **Geoconexões online**, v.3, n.1, p. 18-36, 2023

RESUMO:
Historicamente, o campo brasileiro é marcado por profundos contrastes e contradições. Um retrato desse cenário é a persistência e o aumento da insegurança alimentar paralela a elevação da exportação das *commodities*. Partindo dessa realidade, apresentamos os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE) e do Ceasa (Central de Abastecimento de Uberaba), sobre o cultivo de *commodities* e alimentos no município de Uberaba (MG). O objetivo foi compreender os desafios da construção do projeto de soberania alimentar no município. Os resultados obtidos revelaram uma preocupante concentração de monoculturas em razão da força do agronegócio e o espaço para o cultivo de alimentos, bem como sua variedade, com enfoque na produção e exportação. Além disso, a quantidade de produtos hortigranjeiros que passam anualmente pelo Ceasa elevaram-se em um nível extremamente lento em comparação às monoculturas produzidas pelo agronegócio. Dessa forma, a construção da soberania alimentar no município é frágil, sendo necessário o avanço da organização política camponesa, o acesso às políticas públicas e a realização da reforma agrária.
PALAVRAS-CHAVE: Soberania Alimentar, Agronegócio, Agricultura camponesa, Uberaba.

Food production in Uberaba (MG): challenges for building food sovereignty

ABSTRACT:
Historically, the Brazilian countryside is marked by deep contrasts and contradictions. A portrait of this scenario is the persistence and increase of food insecurity parallel to the increase in commodity exports. Based on this reality, we present data from the Municipal Agricultural Production (PAM-IBGE) and Ceasa (Central Supply of Uberaba), on the cultivation of commodities and food in the municipality of Uberaba (MG). The objective was to understand the challenges of the construction of a food sovereignty project in the municipality. The results reveal a worrisome concentration of monocultures due to the power of agribusiness and a tiny space for food cultivation, as well as the for growing food, as well as its variety, with a focus on production and exportation. In addition, the quantity of horticultural products that annually pass through Ceasa has increased at an extremely slow
in comparison to the monocultures produced by agribusiness. Thus, the construction of food sovereignty in the municipality is fragile, requiring the advancement of peasant political peasant political organization, access to public policies, and the implementation of agrarian reform.

KEYWORDS: Food Sovereignty, Agribusiness, Peasant agriculture, Uberaba.

[1] Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: diegodbsk@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9613-4174
[2] Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA-UFTM) e do Laboratório de Geografia Agrária (UFTM). E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8763-4465

Introdução

O século XXI entrará para a história como um período de grandes avanços científicos-informacionais e tecnológicos (SANTOS, 2002). Os habitantes, pensantes e bípedes, na visão ontológica, alavancaram bruscamente seu desenvolvimento como sociedade e trouxeram outro significado à palavra evolução. Desde carros autônomos, drones nas plantações a futuros *chips* cerebrais, a sociedade humana desenvolveu-se significativamente, e agora testa seus limites rumo a uma nova história no Antropoceno. Todavia, no mundo globalizado, acirra-se a desigualdade socioespacial, com realidades agonizantes e desumanas para uma parcela significativa da população mundial. Um décimo do total de habitantes da Terra está passando fome[3]. Além dessa parcela faminta, 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada durante todo o ano de 2020. Em 2019, 8,4% de todas as pessoas do planeta estavam sofrendo de desnutrição, e no ano seguinte, houve um aumento de 1,5%.

Essas dificuldades acarretaram a reinserção do Brasil ao mapa da fome, bem como a falta de empregos, oportunidades e a acentuação das desigualdades sociais. Em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), efetuou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia da Covid-19 no Brasil (211,7 milhões de brasileiros). Os resultados mostram que 44,8% (94,9 milhões) dos brasileiros estavam em situação de Segurança Alimentar, 55,2% ou 116,8 milhões se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), sendo mais agravante a situação nas áreas rurais do país, devido a desigualdade no campo brasileiro e a dominação do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Além disso, 9% (19 milhões de pessoas) passam fome, ou seja, estão em estado de insegurança alimentar grave.

Segundo tal pesquisa, houve aumento da fome no Brasil comparativamente aos índices do ano de 2004, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em que a IA moderada se encontrava em 12% e a grave em 9,5%. No presente, esses números se encontram no pior cenário desde então, sendo 11,5% em nível moderado e 9% em nível grave. A segurança alimentar, como já citada, abarca hoje 44,8% da população. Em contrapartida, o agronegócio brasileiro bateu recordes de exportação em 2021, obtendo os

[3] Relatório intitulado *O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (SOFI), publicado no ano de 2021 em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (WFP), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

mais lucrativos rendimentos na agricultura e pecuária nacional em toda a sua história. Em dezembro de 2021, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) divulgou um relatório acerca do balanço do agronegócio e suas expectativas para o próximo período. De janeiro a outubro de 2021, o agro havia movimentado U$$102,4 bilhões com exportações, ultrapassando o recorde registrado em 2018, de U$$101,2 bilhões. Então, o que explica 19 milhões de pessoas não terem o mínimo, como o arroz e feijão em seus pratos nas refeições diárias, enquanto o "agro" conquista lucros absurdos? Assim, ao passo que o Brasil figura como o maior produtor de soja, açúcar e café do mundo, bem como o maior exportador de gado e milho, a classe trabalhadora se pergunta todos os dias: "teremos comida para o próximo dia?"

Segundo Maluf (2000), em consonância a Josué de Castro (1965), na obra *Geografia da Fome*, as condições

> em que se dá o acesso aos alimentos pela população é também determinada pelas formas sociais sob as quais os alimentos são produzidos e ofertados - tipo de exploração agrícola, grau de concentração econômica do processamento agroindustrial e da distribuição comercial, padrões de concorrência nos mercados de alimentos, etc. (MALUF, 2000, p. 10).

Diante desse cenário, a soberania alimentar comparece como um desafio para o Brasil "agro", pois vai de encontro à lógica regida pelo modo capitalista de produção, a qual impõe uma produção massificada e industrializada que prioriza a reprodução ampliada do capital, conformando o regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016). A soberania alimentar visa a alimentação saudável e diversa, livre de agrotóxicos, baseada na agricultura camponesa, acessível à classe trabalhadora.

A partir do panorama apresentado, o foco do presente é refletir sobre os desafios da construção de um projeto de soberania alimentar no município de Uberaba (MG) a partir da análise da produção de alimentos, tendo em vista a força do agronegócio. Para tanto, o texto foi organizado, além desta introdução e das considerações finais, em duas partes: agricultura camponesa e a sua importância junto à soberania alimentar e a produção de alimentos em Uberaba.

Agricultura camponesa e construção da soberania alimentar

O surgimento do modelo capitalista de produção agrícola acarretou transformações econômicas que alteraram a organização social do campesinato, gerando diversas concepções sobre seu desaparecimento ou permanência, bem como do seu potencial histórico e revolucionário. Dentre essas visões, vêm à tona, o debate paradigmático, uma

referência interpretativa dos estudos agrários que ajuda a compreender como a agricultura camponesa comparece com sujeito coletivo capaz de (re)construir o projeto de soberania alimentar (VINHA, 2022).

O PCA acredita na adaptação à uma economia capitalista, alcançada através da transformação dos camponeses em agricultores familiares (agricultura familiar) ou mesmo na proeminência do agronegócio. Dessa maneira, o camponês sofre uma mudança, por meio das relações ocorridas no desenvolvimento capitalista do campo (FERNANDES, 2005). Sendo assim, PCA e PQA diferem em seu entendimento sobre a questão agrária. PQA entende a questão como um problema estrutural que deve ser tratado através da reforma agrária, enquanto PCA o entende como um problema conjuntural. A solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2005).

O Paradigma da Questão Agrária (PQA) compreende a questão agrária como estrutural, delineado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura (FERNANDES, 2008) e das desigualdades ocasionadas. Nele, há dois caminhos, o proletarista e o campesinista. O primeiro enxerga que o avanço do capitalismo no campo levaria o progressivo e contínuo desaparecimento do campesinato - Kautsky (1998) e Lênin (1982). O desenvolvimento dos meios de produção rural e suas estratégias e técnicas, através da mecanização e do incremento proporcionado pelos insumos artificiais, geraria um processo programado de aburguesamento da parte mais rica e de proletarização da parcela mais carente (LÊNIN, 1982). Com isso, o desaparecimento do campesinato ocorreria por meio do que intitulou por diferenciação social.

O segundo caminho parte da noção da estruturação da unidade econômica camponesa (CHAYANOV, 1984), sendo o campesinato uma classe social que permaneceria no interior do capitalismo (OLIVEIRA, 1991). Ser camponês é um modo de se conectar com a natureza (TOLEDO, 1992) e de fazer agricultura (PLOEG, 2008). De acordo com Chayanov (1984), os camponeses são produtores de mercadorias, mas não estabelecem relações capitalistas. Se não há salário na exploração familiar, não há lucro, portanto, não é possível realizar o cálculo do capital, e nem dizer que o mesmo produto é feito da mesma maneira nas mais diversas unidades de exploração familiar. O camponês visa o bem-estar da sua família e no atendimento das suas necessidades, sem focar na acumulação e reprodução de capital.

Na atualidade, dois processos se realçam ao buscar entendimento acerca do campesinato: a autonomia e a subordinação. Esta última, por meio da sujeição da renda da terra, em que o camponês é subordinando pela ação dos monopólios, constitui-se como a

contradição que permite sua reprodução enquanto classe social. A autonomia vem da retomada do camponês em fazer agricultura, da sua relação com a natureza e outras formas de lutar pela terra, buscando maior autonomia na produção de alimentos. Ela pode ser entendida como a desassociação de parte ou em seu todo das forças do capital e do mercado (PLOEG, 2008), ou ainda mais, como poder relacionado dentro das cadeias de mercadorias (SIMULA, 2015). A autonomia é assumida de maneiras diferentes no discurso e na prática, diversificando conforme o contexto social, político e econômico (GONZÁLEZ, 2010).

As territorialidades camponesas são baseadas em sistemas de relações que pretendem a reprodução da vida, fundamentadas no trabalho familiar, na luta por autonomia, na relação com a natureza, na produção de alimentos, em tentativas de equilibrar diversos elementos que fazem parte de um modo de viver, saber e produzir que se impõem contra o capital, porém, se relacionam intrinsecamente à ele.

Há as territorialidades subordinadas, caracterizadas pelo afastamento do camponês da natureza e das heranças culturais populares e das distintas formas de cooperação. Elas se aproximam, em maior velocidade, aos mercados globais de sementes e agrotóxicos. São camponeses extremamente dependentes do capital industrial, comercial e financeiro. E, quanto mais dependente, maior é a probabilidade dele ser marginalizado perante a sociedade, resultado da perda de suas produções ou, em último caso, de suas terras. Se torna um cidadão vulnerável até que o caminho oposto seja trilhado (ORIGUÉLA, 2020).

Nas territorialidades autônomas, o camponês se aproxima da natureza, cria uma base de recursos controlada, respaldada nos saberes populares, produz suas próprias culturas e os insumos que precisa, atua em cooperação com outros, gera mercados camponeses populares e se aproxima do consumidor. Essas blindam os camponeses das instabilidades econômicas e ambientais, e preservam a sua riqueza cultural e de toda a comunidade (ORIGUÉLA, 2020).

Contudo, essas territorialidades não são, em sua totalidade, autônomas ou subordinadas. Ser autônoma é ter relativa autonomia em um estipulado cultivo ou em um dos estágios desse cultivo, mas não no conjunto ao todo. O camponês parcialmente autônomo se assemelha ao parcialmente subordinado, sendo um meio-termo entre a subordinação e a autonomia, produzindo distintos usos dos territórios e em situações conflitantes de subordinação e autonomia. Entre os extremos há variadas circunstâncias, níveis e graus de subordinação e autonomia (ORIGUÉLA, 2020). Assim, um camponês, que em algum momento possui um nível elevado de autonomia, pode se transformar e passar, a depender do seu contexto, em um camponês parcialmente autônomo, o que também o leva a ser

parcialmente subordinado. São as chamadas pluri-multi-territorialidades camponesas. São variações que ocorrem entre os extremos, a subordinação e a autonomia (ORIGUÉLA, 2020).

Mas as pluri-multi-territorialidades camponesas atravessam um regime alimentar de base corporativa (McMICHAEL, 2009), cuja lógica distingue-se da lógica camponesa de produção (CHAYANOV, 1984). A teoria dos regimes alimentares é usada como meio de demonstrar como os países e/ou empresas do globo exercem domínio sobre o sistema alimentar do planeta (McMICHAEL, 2009).

Desde meados do século XIX, segundo McMichael (2016), surgiram três regimes alimentares globais: o primeiro, iniciado entre os anos de 1870 e 1930, o segundo, datado do período de 1950 a 1970, e o terceiro regime alimentar global, que adentra a metade da década de 1980 e permanece até os dias atuais. Neste último, em curso, destaca-se a predominância das grandes corporações na direção dos sistemas alimentares, em especial os varejistas, resultado do estímulo ao livre-mercado por meio de mecanismos multilaterais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC). Dessa forma, no presente, vêm sendo impostas novas relações de poder na definição do sistema alimentar do globo, o que coloca os corporativistas no topo, garantindo sua hegemonia. O regime alimentar atual, fincado no neoliberalismo, institucionaliza a supremacia relativa em que os Estados se alijam aos interesses do capital (McMICHAEL, 2016).

Um pequeno número de grandes corporações controla toda a cadeia alimentar, padronizando a dieta adotada pela população (SAGE, 2013) e gerando, segundo Shiva (2013), uma “ditadura do alimento”

> Se você olha para as quatro faces que determinam nossa comida, são todas controladas por grandes corporações. As sementes são controladas pela Monsanto por meio dos transgênicos; o comércio internacional é controlado por cinco empresas gigantes; o processamento é controlado por outras cinco, como a Nestlé e a PepsiCo; e o varejo está nas mãos de gigantes como o Walmart, que gosta de tirar o varejo dos pequenos comércios comunitários e com conexões muito diretas entre os produtores de comida e os consumidores. São correntes longas e invisíveis, onde 50% dos alimentos são perdidos. Temos sim uma ditadura do alimento (SHIVA, 2013, não paginado).

Sendo assim, o atual regime caracteriza-se pela concentração de poder em poucas empresas, sem a intenção de levar o bem-estar social os indivíduos, mas aumentar o seu capital cada vez mais, transformar o alimento que deveria ser acessível a todos em mercadoria e elevar o poder dessas corporações e seus países.

Josué de Castro, em seu livro *Geografia da Fome* (1946), já enfatizava que a fome é uma questão social e política. A alimentação insuficiente, a ingestão de comidas com valor

nutricional ruim e a fome são provindas de políticas vigentes. O colonialismo brasileiro favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos, a expropriação de terras dos povos tradicionais e o extermínio da cultura indígena, acarretando em pobreza e miséria no país (CASTRO, 1965).

Segundo Ziegler (2013), há dois tipos de fome que afetam uma sociedade: a estrutural, a qual pouco se percebe, se reproduz de forma ideológica, causa destruição psicológica e física, e extermina a dignidade do ser; e a conjuntural, resultado de catástrofes naturais ou guerras, e é mais notável: leva a dificuldade para a produção de alimentos, acaba com economias, separa a sociedade e fragiliza instituições.

Neste debate sobre a fome, surge, após a Primeira Guerra Mundial, o termo Segurança Alimentar, visando a segurança do país e a independência em alimentar sua população. Ou seja, a autossuficiência e garantia, a partir de estratégias, em produzir seu alimento, a fim de evitar a vulnerabilidade ou boicotes por questões militares e políticas (SILVA, 2014; LEÃO, 2013; MARQUES, 2010).

Com a criação da FAO em 1945, a segurança alimentar se solidifica, devido a prioridade dessa organização em combater a fome e a insegurança alimentar dos países (ALEM et. al, 2015). Contudo, com a Revolução Verde e o interesse dos países ricos em manter suas superioridades, houve impactos ambientais, econômicos e sociais, além de uma desvalorização das culturas dos agricultores tradicionais (LEÃO, 2013; MALUF E MENEZES, 2000; ALEM et. al, 2015).

Em 1974, foi estabelecido pela FAO que a segurança alimentar apenas seria conquistada com a garantia de suprimento alimentar adequado em nível mundial. Apesar dos seus avanços, o conceito de segurança alimentar acabou por não considerar os interesses do mercado global e do capitalismo na indústria e no campo.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) define segurança alimentar como:

> A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 4).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil leva em consideração quatro elementos: “oferta e produção de alimentos regulares e suficientes (surge daí o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com

enfoque em incentivar a produção da agricultura familiar para abastecer o comércio local, escolas e órgãos do governo); acesso permanente à alimentação; alimentos seguros e domínio sobre a real base genética do sistema agroalimentar no país" (GOMES JÚNIOR, 2015, p. 117).

Já o conceito assentado na Soberania Alimentar, a população tem a liberdade de definir o que, como e para quem produzir, sendo que a soberania passa, essencialmente, pela capacidade de cada país produzir seu alimento (MCMICHAEL, 2016; COCA, 2016; GOMES JÚNIOR E ALY JUNIOR, 2015; MARQUES, 2010; BELLO, 2010). Nesse conceito, construído pela Via Campesina, são apontadas as necessidades de autonomia, de melhores condições de vida e de trabalho para os pequenos produtores, além da inserção de conteúdo político, ecológico e cultural (MCMICHAEL, 2016; BELLO, 2010; BRAVO, 2007).

Tal concepção vai de encontro ao conceito de segurança alimentar. A soberania alimentar pode ser interpretada como a seguridade dos direitos da população de definirem suas próprias políticas e estratégias, que respeitem o meio ambiente, suas produções, a distribuição e consumo de alimentos que assegurem o direito à alimentação para toda a sua sociedade, baseando-se na pequena e média produção, com respeito às suas próprias culturas e diversidade, com enfoque importante no papel da mulher . A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para os povos do campo e da cidade (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

A soberania alimentar requer reformular o patriarcalismo da sociedade capitalista. É reconhecido que a mulher apresenta um papel de extremo valor para as comunidades camponesas e, com isso, jamais podem ser deixadas para trás nas discussões acerca de mudanças no sistema alimentar do planeta. De acordo com Desmarais (2003), uma forma excepcional para adicionar a caminhada inicial rumo a soberania alimentar é a criação de vias igualitárias para mulheres e homens no meio rural.

Logo, para evitar a "ditadura do alimento", é necessário pensar em um regime alimentar alternativo que não cause desigualdade acerca do alimento. E aí que adentra a Soberania Alimentar como forma de interromper a propagação e permanência do neoliberalismo no campo, o qual acentua as diferenciações. São os pequenos agricultores, camponeses, pescadores, pastores e indígenas que englobam quase metade de toda a população do mundo, e é à eles o reconhecimento que merece ser dado por produzir, sustentar e alimentar as pessoas do globo de maneira saudável e sustentável (LA VIA CAMPESINA, 2015).

> A 'soberania alimentar' reordena conceitualmente o mundo. O movimento pela soberania alimentar é não apenas sobre camponeses ou comida; em vez disso, aborda o problema antidemocrático e insustentável impacto do regime contemporâneo de comércio e investimento. Trata-se de reorganizar a economia política internacional, modelando a luta social em torno de princípios democráticos, equidade de gênero, direitos do produtor, práticas ecológicas e reequilíbrio do urbano/rural dividir (McMICHAEL, 2016, p. 649, tradução nossa).

Para combater a fome e a insegurança alimentar, é preciso haver ações de segurança alimentar orientadas pelos princípios da soberania alimentar e do direito humano de comer de forma saudável. Uma das maneiras para lidar com isso é investindo em ações que favorecem a propagação e produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e transgenia. Para isso, é necessário dar valor aos interesses da agricultura camponesa, incentivando as produções locais, com enfoque na produção agroecológica e aproximação de quem produz com quem consome, garantindo, assim, a soberania alimentar para a nação.

Determinadas políticas, como o PAA, encorajam a soberania alimentar e fortalecem os territórios camponeses (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015). O PAA é uma política de desenvolvimento do território camponês em que o Estado compra produtos da agricultura familiar, os ajudando em um dos estágios mais complicados de todo o processo. Leva a promoção de meios entre agentes locais (associações e cooperativas de produtores; instituições públicas e privadas etc.) para gerar valorização (econômica, social, ambiental etc.) do território (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015). O PAA seria uma das ferramentas com o intuito de potencializar reforma agrária e a soberania alimentar.

Não há soberania alimentar sem soberania política, com políticas que desencadeiem a independência da produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. O povo precisa revogar o que é seu por direito e contribuir nas decisões políticas, para que imponha seu modo vida e respeite-se as tradições, saberes e práticas alimentares (GOMES JÚNIOR; ALY JÚNIOR, 2015).

Produção de alimentos em Uberaba (MG): desafios

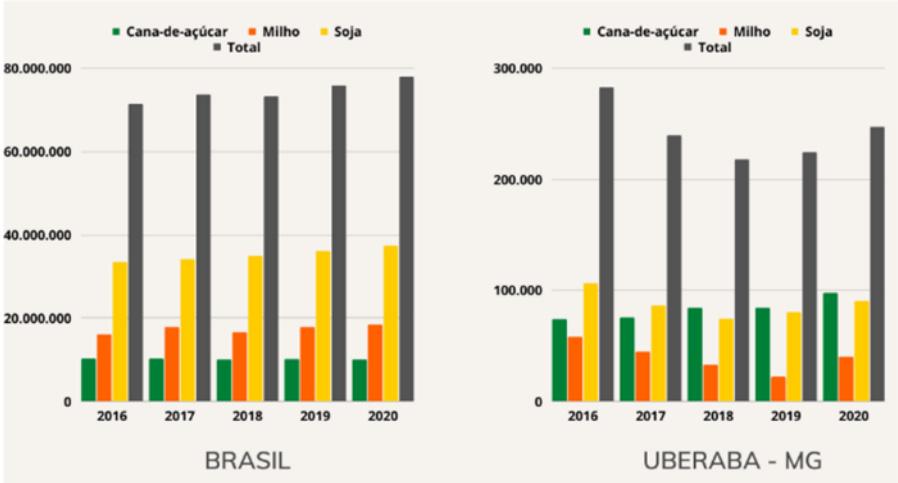
Diante da hegemonia do regime alimentar corporativo, representado pelo agronegócio no campo, os desafios para a construção soberania alimentar são enormes. A partir de dados obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), foi possível realizar uma análise das lavouras temporárias e permanentes a nível municipal em Uberaba e em escala nacional. Foram considerados os anos de 2016 e 2020, procurando refletir as consequências

do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 para o campo. Dessa forma, é possível fazer uma comparação entre os tipos de produção que estão sendo focados em todo o território brasileiro e o que está sendo cultivado em Uberaba, e se estão indo ao ou de encontro a Segurança e Soberania Alimentar, foco deste trabalho. As observações serão feitas em três esferas: área destinada à colheita; quantidade produzida; e valor da produção. Também foram compilados dados do Ceasa de Uberaba, com informações sobre a comercialização de alimentos para o mesmo período.

Inicialmente (Figura 1) é perceptível, nas lavouras temporárias, que apenas três tipos de culturas (soja, milho e cana-de-açúcar) são detentoras de aproximadamente 90% de toda a área destinada à colheita no Brasil em todo o período analisado. Além disso, a soja acaba por deter três vezes mais hectares do que a própria cana-de-açúcar, sendo quase metade de toda essa área no ano de 2020. E no período de 2016 a 2020, o último sendo o início da pandemia, a produção de soja e milho aumentaram em milhões de hectares.

Uberaba (MG), município que da região do Triângulo Mineiro em que duas usinas sucroalcooleiras estão localizadas, reflete essa mesma realidade. A quantidade de áreas destinadas a agricultura para algumas culturas, em comparação à produção nacional, segue os padrões do agronegócio. A cana-de-açúcar se mostra forte em Uberaba. O município segue os moldes brasileiros, com as três maiores monoculturas se aproximando de 90% de toda a área destinada à colheita de lavouras temporárias. No que tange a quantidade de hectares das áreas para colheita dessas monoculturas, embora tenham entrado em declínio em 2017, se reergueram a partir de 2018 com os maiores incentivos governamentais do Governo Temer à agricultura patronal do país, que foca na produção de monoculturas visando o mercado exterior e a lucratividade, diminuindo ainda mais o poder de produção da agricultura camponesa (ALENTEJANO, 2018).

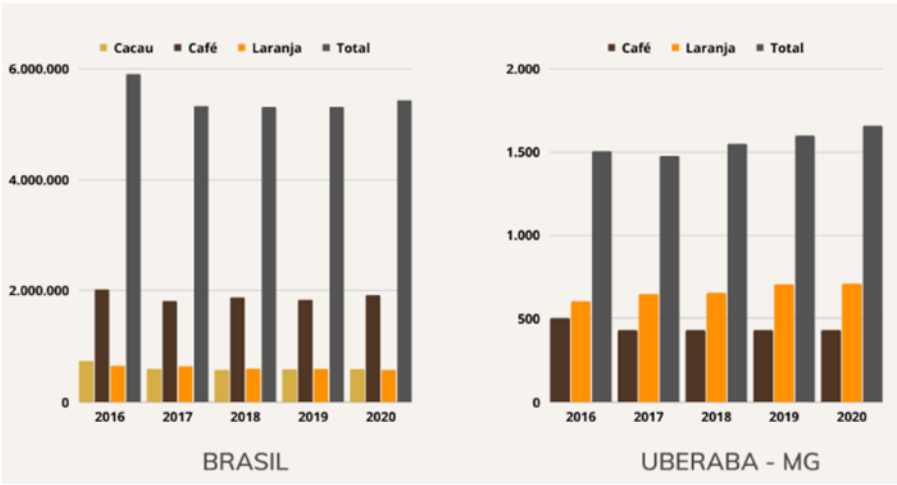
Figura 1 – PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS – BRASIL E UBERABA – ÁREA DESTINADA À COLHEITA – 2016 A 2020



Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

Nas lavouras permanentes (Figura 2), o que se percebe é a predominância de três tipos de culturas: café, cacau e laranja.

Figura 2 – PRNCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES – BRASIL E UBERABA – ÁREA DESTINADA À COLHEITA – 2016 A 2020



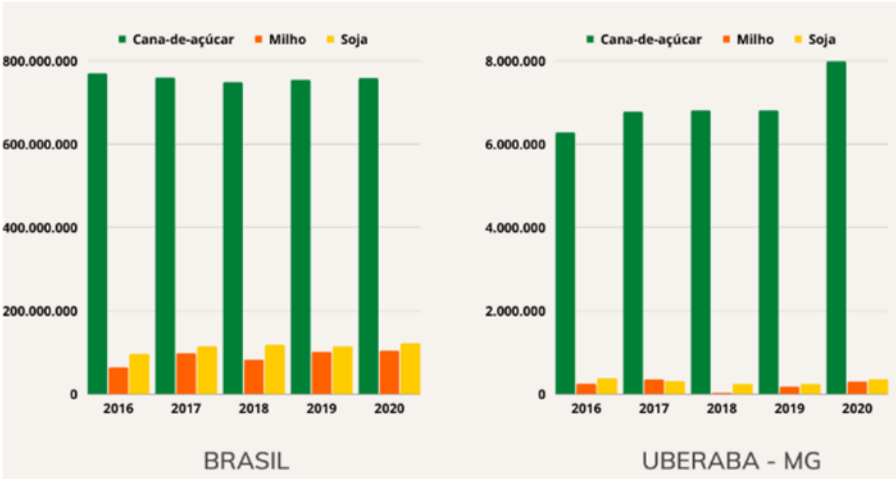
Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

O café possui cerca de 1/3 das áreas totais para a colheita de lavouras temporárias nacionais, e juntamente com as duas outras, se tornam detentoras de mais da metade das áreas. De acordo com Bernstein (2011), há uma forte tendência de concentração das terras, com uma quantidade pequena de grandes fazendas detentoras de maiores hectares. Há um

notável aumento das toneladas dessas monoculturas com a finalidade de se obter lucro, capital.

Na produção das lavouras temporárias no Brasil (Figura 3), a cana-de-açúcar ultrapassa as demais culturas, e atinge picos próximos dos 800 milhões de toneladas em todos os anos - de 2016 a 2020.

Figura 3 – PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS – BRASIL E UBERABA – QUANTIDADE PRODUZIDA – 2016 A 2020



Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

Em Uberaba, além da sua ascensão com os anos, a cana-de-açúcar, apenas neste município, representou 1%, ou aproximadamente oito milhões de toneladas de toda a quantidade produzida nacionalmente. No início do novo milênio, a região do Triângulo Mineiro recebeu a implantação de usinas sucroalcooleiras e "a consequente territorialização do capital no campo, em que transnacionais do agronegócio passaram a controlar os sistemas deste complexo (VINHA, 2018), deixando nítida a influência que as usinas sucroalcooleiras possuem nessa região de Minas Gerais.

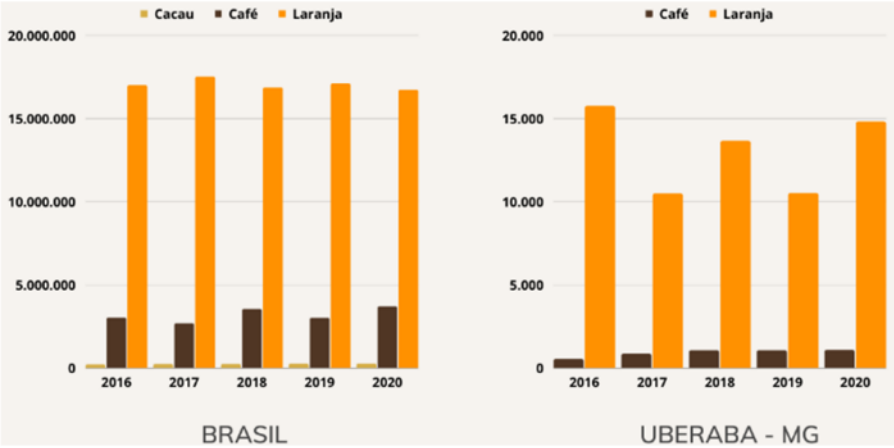
> O agronegócio exporta produtos como açúcar, café, milho, soja e seus derivados, sendo significativa a produção e a exportação de produtos nos setores avícola, bovino e suíno. Em Uberaba, o agronegócio constitui-se em modelo hegemônico de desenvolvimento territorial para o campo (VINHA, 2018, p.277).

De acordo com Masson (2016), de 2012 a 2015, o agronegócio se desenvolveu em mais de 12% em elevação da sua área de atuação em Uberaba. Em contrapartida, as culturas provenientes da agricultura camponesa declinaram em torno de 15%.

Além disso, nas lavouras permanentes (Figura 4), temos a laranja e o café, e em ambas as situações, Brasil e Uberaba, são as culturas as plantações que mais produzem em

toneladas (2016-2020). Reflete-se, mais uma vez, o seguimento de padrões da agricultura brasileira de cunho neoliberal (DELGADO, 1985), em que o capital agroindustrial se une com força a propriedade fundiária, levando a uma aliança estratégica com o capital financeiro, para que se obtenha lucro e a renda da terra, partindo do apoio governamental (DELGADO, 1985). Ademais, o modelo capitalista de produção vem utilizando do alimento como uma ferramenta de controle (COCA, 2016) e impõe o que deve ou não ser plantado em larga escala em áreas em que poderiam estar sendo cultivados alimentos. Uma seleta quantidade de potentes corporações controla toda a cadeia alimentar, padronizando a dieta adotada pela sociedade (SAGE, 2013) e criando, conforme Shiva (2013), a “ditadura do alimento”.

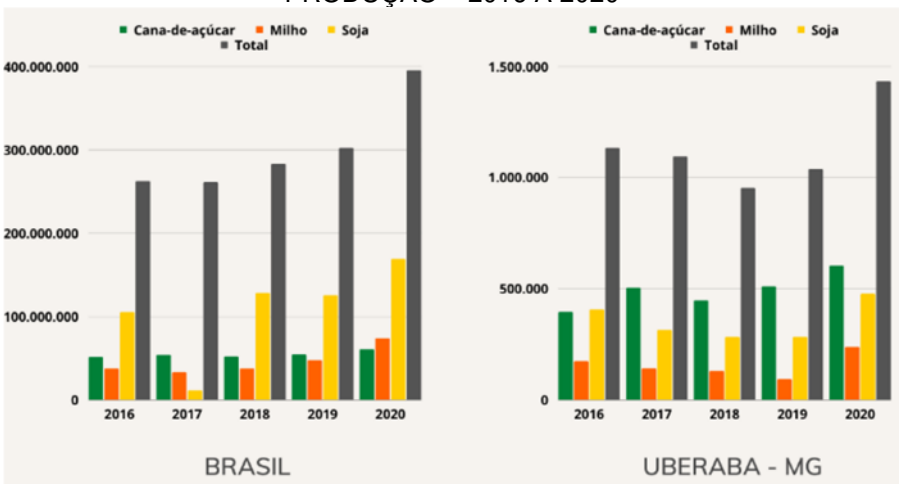
Figura 4 – PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES – BRASIL E UBERABA – QUANTIDADE PRODUZIDA – 2016 A 2020



Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

No último ponto de nossa análise, os valores de produção das culturas temporárias (Figuras 6) em relação às permanentes (Figura 5) demonstram haver uma enorme disparidade. No ano de 2020, o valor de produção das lavouras temporárias adentrava a casa dos R$ 400 bilhões em relação com o ano anterior (2019), havendo um aumento significativo de quase 100 bilhões de reais. A soja fora detentora de aproximadamente 45% do valor total da produção nacional, aumentando desde 2016. Em Uberaba, como visto, a relação intrínseca com a cana-de-açúcar favoreceu seus ganhos, aumentando no decorrer dos anos, e juntamente com a soja, formam 2/3 de todo o valor da produção de lavouras temporárias no município.

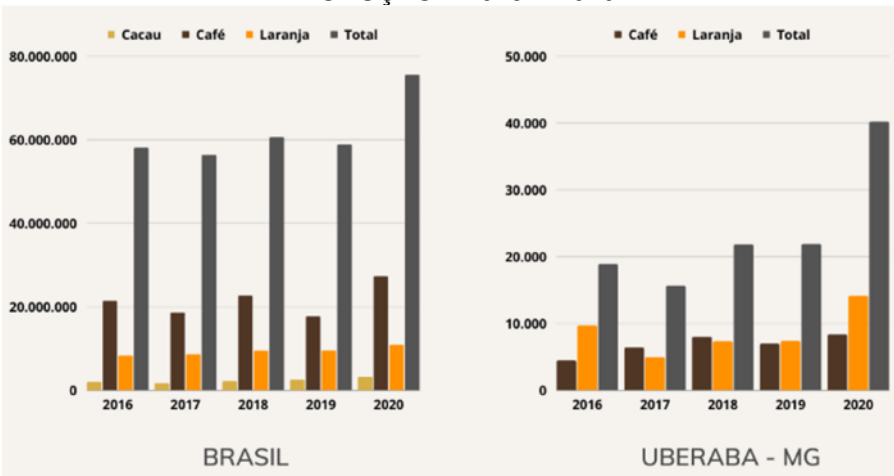
Figura 5 – PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS – BRASIL E UBERABA – VALOR DA PRODUÇÃO – 2016 A 2020



Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

As lavouras permanentes (Figura 6), como café, cacau e laranja, tomam mais da metade do valor da produção em escala nacional, com 75 bilhões de reais, número inferior aos aproximados 200 bilhões de reais destinados a uma única cultura: a soja.

Figura 6 – PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES – BRASIL E UBERABA – VALOR DA PRODUÇÃO – 2016 A 2020



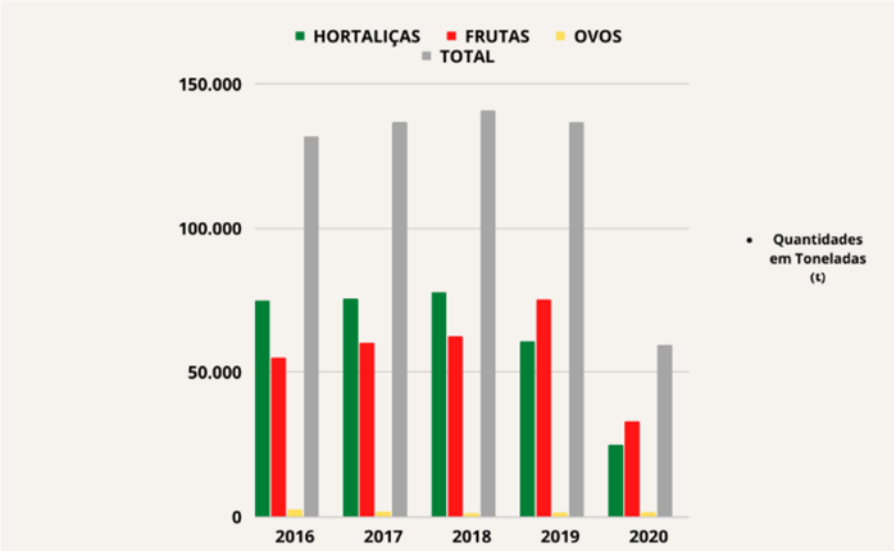
Fonte: IBGE/SIDRA (2020) - elaborado pelo autor (2022)

Na pandemia, os preços dos alimentos saltaram consideravelmente em relação a períodos anteriores. Porém, como é visto pelos brasileiros, o próprio óleo de soja que tanto se ganhou e produziu, teve um dos maiores aumentos no seu preço desde 2019. O agronegócio, exportador de monoculturas no país, continua forte e ascendendo, com quase 90% de todas as lavouras temporárias no país, as quais detêm milhões de hectares,

monoculturas que não auxiliam para uma alimentação saudável e diversificada. Em Uberaba, o mesmo cenário se repete, com o café e a laranja ocupando a outra fração das terras

Por fim, a Figura 7 destaca os dados obtidos na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e junto à Prefeitura Municipal de Uberaba. Eles revelam a evolução dos valores aplicados no Centro de Abastecimento do município de Uberaba (CEASA-MG), local onde são comercializados mais de 140 tipos de produtos hortigranjeiros, com uma variedade significativa de frutas, verduras e legumes.

Figura 7 – CEASA-MG UNIDADE UBERABA – QUANTIDADE DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS OFERTADOS – 2016 A 2020



Fonte: Secretaria do Agronegócio/Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) - elaborado pelo autor (2022)

Como observado, o período pandêmico acarretou em um elevado impacto na oferta de produtos. Anteriormente, as categorias hortaliças e frutas apresentavam uma certa estabilidade em seus níveis de oferta, com um crescimento tímido. Contudo, com o início da pandemia em 2020, pode-se notar a queda da quantidade (em toneladas) ofertada neste ano. A níveis de comparação, em seu maior ano (2018), foram ofertadas 140 mil toneladas e alimentos, em contrapartida, em 2020, esse número não alcançou 60 mil toneladas, diminuição de 57% na oferta de produtos.

Por outro lado, se resgatados os dados da quantidade de soja, milho e cana-de-açúcar produzidos em 2020 (início da pandemia), não houve diminuição, pelo contrário, e ainda se lucrou muito mais do que em períodos anteriores. A cana-de-açúcar aumentou em mais de um milhão a sua quantidade produzida em Uberaba neste ano, contudo, as outras culturas de

lavouras permanentes não cresceram nem 1% desse valor - seja em qual for o critério já analisado nesta pesquisa.

No país, ainda se persiste uma agricultura neoliberal (DELGADO, 1985) que visa a exportação das monoculturas, calcada em grandes porções de terras e um intenso desenvolvimento do campo em razão da lucratividade de poucas culturas que não auxiliam na busca de uma soberania alimentar para a população. Cada vez mais as pessoas optam por produtos que fazem mal a sua saúde pelo fato dos *in natura* e minimamente processados estarem cada vez mais caros.

Dessa forma, como já explicitado, uma reforma agrária é necessária, e "o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar" (FERNANDES, 2010, p. 173). A agricultura camponesa alimenta o país e auxilia na promoção da soberania alimentar, na batalha contra a "ditadura do alimento" imposta pelas grandes corporações do agronegócio brasileiro e mundial.

Considerações finais

Partindo das reflexões apresentadas neste artigo, a produção diversificada de alimentos no município em Uberaba (MG) apresenta números massivamente menores do que em relação as monoculturas exploradas pelo agronegócio. Ainda há riscos e expressivos desafios a serem vencidos para a construção de um projeto de soberania alimentar, iniciado, em grande parte, nas áreas de reforma agrária presentes no município. A fragilidade na articulação política dos movimentos sociais, bem como os poucos recursos direcionados às políticas públicas voltadas à reforma agrária, prevista na Constituição Brasileira, são duas questões que entravam esse projeto.

A reforma agrária faz-se necessária. E apenas partindo dela, mediada pela criação de políticas públicas que enfatizam a importância da soberania alimentar e da agricultura camponesa, será possível atenuar as desigualdades sociais e os impactos ambientais que parte da população de Uberaba enfrentam.

REFERÊNCIAS

ALEM, Daniel et al. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. **XX Encontro Nacional de Economia Política**, 2015. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_oliveira_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

ALENTEJANO, Paulo R. R. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO TEMER: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?. **OKARA: Geografia em debate**, p. 308-325, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41319/20719. Acesso em: 03 março 2022.

ALIMENTARIA, FORO MUNDIAL POR LA SOBERANÍA. Declaración Final del Foro Mundial por la Soberanía Alimentaria. **FMSA, La Habana**, 2001. Disponível em http://istas.net/descargas/seg22.pdf. Acesso em: 18/01/2023

BELLO, Walden F (2010), ***A guerra pelos alimentos***, São Paulo, Leopardo Editora, 184p.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52–81, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/NpZLgwxp6VyYR4DbQNf3c8B/?lang=pt&format=html. Acesso em 10 março 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 143, n. 179, p. 1-2, 2006.

BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis**. Expressão Popular, 2007. Disponível em: https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12655/Agrocombustiveis.pdf. Acesso em 18/01/2023.

CAMPESINA, LVC La Vía. Declaración Foro Internacional de Agroecología. **Publicado em março de**, 2015. Disponível em: https://viacampesina.org/es/declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia/. Acesso em 25/02/2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome;** o dilema brasileiro: pão ou aço. 1965.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

COCA, E. L. de F. 20 ANOS DA PROPOSTA DE SOBERANIA ALIMENTAR: CONSTRUINDO UM REGIME ALIMENTAR ALTERNATIVO/20 years of the food sovereignty proposal: building an alternative food regime/20 años de la propuesta de la soberanía alimentaria: la construcción de un régimen alimentario alternativo. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 32, p. 14–33, 2016. DOI: 10.47946/rnera.v0i32.4789. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4789. Acesso em: 18 jan. 2023.

CONTI, Irio Luiz; BAZOTTI, Angelita; FINOKIE, Manuela. Interfaces entre o direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil**, p. 135-146, 2013. Disponível em: http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/Irio-Luiz-Conti-Manuela-Finokiet-Angelita-Bazotti1.pdf. Acesso em: 03 março 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Ícone Editora, 1985.

DESMARAIS, Annette Aurélie. The Via Campesina: Peasant women at the frontiers of food sovereignty. **Canadian Woman Studies**, 2003. Disponível em: https://cws.journals.yorku.ca/index.php/cws/article/download/6372/5560. Acesso em 25 maio 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp**, p. 161-197, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/%20233593/mod_resource/content/1/Carter%20Combatendo%20a%20desigualdade%20social.pdf. Acesso em 18/01/2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf

GOMES JR, N. N. **Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906044123/pdf_1137.pdf. Acesso em: 18/01/2023.
GOMES JR, N. N.; ALY JUNIOR, O. Soberania Alimentar e Agronegócio: Notas Além da Porteira. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 305-319, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2015.v18i2.221. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/221. Acesso em: 18 jan. 2023.
IBGE. Segurança alimentar: 2004. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006.
IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 23 mai. 2022.
KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
LEÃO, Marília et al. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. **Brasília: Abrandh**, v. 263, 2013. Disponível em: http://www.oda-alc.org/documentos/1374763097.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.
LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno "segurança alimentar". **Paris: Fhp**, 2000. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf. Acesso em: 19 abril 2022
MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634795. Acesso em 15 maio 2022.
MASSON, Gabriela Abrahão. A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social? Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara no município de Uberaba/MG. 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149813. Acesso em 14 março 2022.
MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 281-295, 2009. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-009-9218-5. Acesso em: 10 maio 2022.
MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2016.1143816. Acesso em: 10 maio 2022.
MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UNESP, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/diego/Downloads/6172-Texto%20do%20Artigo-23747-23664-10-20190517.pdf. Acesso em: 18/01/2023.
OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia**, v. 21, n. 73, p. 183-198, 2020. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/47876/28323/220824. Acesso em: 10 maio 2022.
PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil,** 2021. Disponível em: **http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.** Acesso em: 22 abril 2022.
PLOEG, J. D. V. D.. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008. Disponível em: https://research.wur.nl/en/publications/the-new-peasantries-struggles-for-autonomy-and-sustainability-in-. Acesso em: 22 abril 2022.
SAGE, C. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: Energy, climate and malconsumption. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 29, n. June 2008, p. 71–80, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016712000460. Acesso em: 10 maio 2022.

SHIVA, V. Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento. **LeopoldoInstituto Humanitas Unisinos**, 2013. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/171-noticias-2013/523025-grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento. Acesso em 10 maio 2022.
SILVA, S. P. (2014), A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. In **Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília; Rio de Janeiro, IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3019. Acesso em: 15 maio 2022.
SIMULA, G. **Milking Money**: exploring the struggle for autonomy from theory to practice. 2015. Paper (Master of arts in development studies). International Institute of Social Studies, The Hague, 2015. Disponível em: https://thesis.eur.nl/pub/33311/GSimula_MA_2014_15_AFES.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.
TOLEDO, V. M. La racionalidad ecologica de la produccion campesina. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (coord.) **Ecologia, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piquet, 1992. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2165635. Acesso em: 23 abril 2022.
TORRES, G. M. **Familia y discapacidad**. Análisis psicosocial. Conferência. La Habana, 1995.
VALOR Bruto da Produção deve atingir R$ 1,192 trilhão em 2021. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**, CNA, p. 1, 15 abr. 2021. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/noticias/valor-bruto-da-producao-deve-atingir-r-1-192-trilhao-em-2021. Acesso em: 8 fev. 2023.
VIA CAMPESINA. **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty**. Presented at the World Food Summit. Roma, novembro de 1996.
VINHA, J F. de S C. Campesinato Mineiro em questão: dilemas e desafios da produção e comercialização de alimentos produzidos no assento rural Dandara Uberaba-MG in Simpósio de Questão Agrária do NATRA: Movimentos sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar, 8., 2018, Franca. **Anais eletrônicos** [...] Franca: UNESP-FCHS, 2018. p 273-288. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/natra---ebook-final-publicado.pdf. Acesso em: 24 mai 2022.
VINHA, J. F. de S. C. TERRITÓRIO (I)MATERIAL E GEOGRAFIA AGRÁRIA: PARADIGMAS EM QUESTÃO (Immaterial territory and Agrarian Geography: paradigms in question). **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 23, p. 27–42, 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636. Acesso em: 18 jan. 2023.
VINHA, J. F. de S. C.; SCHIAVINATTO, M. SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITÓRIOS CAMPONESES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) **Revista Nera**, n. 26, p. 183-203, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576. Acesso em: 03 março 2022.
WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Food & Agriculture Org., 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb4474en. Acesso em: 22 abril 2022.
ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez Editora, 2013.